



A escola, o gênero e os embates com o neoconservadorismo “restaurador”*

Assis Felipe Menin¹

Joana Maria Pedro²

-*
- * Parte do texto, de forma abreviada e reduzida, foi publicada no primeiro semestre de 2022 nos anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (Coninter).
 - 1 Possui licenciatura em História, mestrado em História e, atualmente, é doutorando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de pesquisa de Estudos de Gênero, sob orientação da Profa. Dra. Joana Maria Pedro. a.f.menin@gmail.com.
 - 2 Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É professora titular e permanente do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Fez pós-doutorado na Université d'Avignon, na França, entre 2001 e 2002, e também nos Estados Unidos, na Brown University, entre 2016 e 2017. joanamarca.pedro@gmail.com.

RESUMO

Este texto procura discutir como as mobilizações antigênero em contexto escolar, tanto em nível global quanto local, movimentaram um ímpeto “restaurador” de valores morais na sociedade por parte de fundamentalistas religiosos e políticos. Para tal intento, vale-se de textos do Vaticano, da imprensa e de projetos de lei de políticos brasileiros, cujos discursos explicitam a autoridade familiar na educação dos seus filhos, conforme suas convicções morais e religiosas. Evidencia-se, também, o receio mobilizado por um ressentimento em relação a uma ideologia que “destruiria a família heterossexual”. O **dispositivo** da “ideologia de gênero” nas escolas ameaçaria essa instituição, levando a uma reação de tradicionalistas conservadores, religiosos e políticos, uma tentativa de “restauração” de **um** homem ocidental.

Palavras-chave: *Gênero. Escola. Neoconservadorismo. Restauração.*

ABSTRACT

This paper discuss how the anti-gender mobilizations in schools, both globally and locally, drove an impetus to “restore” moral values in society, by religious and political fundamentalists. It examines texts from the Vatican, the press, and bills from Brazilian politicians, whose rhetoric reinforce the family authority in their children’s education, according to their moral and religious convictions. All mobilized by a resentment towards an ideology that “would destroy the heterosexual family.” The **dispositif** of “gender ideology” in schools would threaten this institution, leading to a reaction in x, an attempt to “restore” a western man.

Keywords: *Gender. School. Neoconservatism. Restorationism.*

INTRODUÇÃO

Este texto procura analisar, de forma breve, as tentativas de “restauração” de tradicionalistas conservadores, religiosos e políticos, que favorecem e contemplam um homem médio ocidental, cristão, heterossexual e idealizado que encontram nos discursos antigênero, elementos desse “restauro”. Esse movimento conservador ocorre por meio de uma agenda neoconservadora e cristã que atua em nível global e local. O texto se deterá, mais especificamente, nas ações contra a inserção de temáticas de gênero e diversidade sexual no contexto escolar. Destacamos, nesta análise, alguns exemplos do estado mais religioso do Brasil³: Santa Catarina. Nesse movimento antigênero e antidiversidade sexual emergem diferentes personagens que partem, desde a esfera mediatizada global até as disputas políticas, jurídicas, religiosas e morais locais, do impedimento dessa educação que ameaça o homem médio.

-
- 3 Santa Catarina é o estado mais religioso do Brasil, com apenas 3,27% de sua população sem religião (ALMEIDA, [2010]), e o segundo que mais votou em Jair Messias Bolsonaro, então do Partido Social Liberal (PSL), em 2018 (FOLHA..., 2018).

A partir dessa primeira análise, tentaremos encontrar em textos do Vaticano, da imprensa e de projetos de lei, mais especificamente, ações e diretrizes que são orientados pela Igreja Católica e relacionados à Educação e à primazia da família em educar seus filhos(as) conforme suas convicções.

Sendo assim, procuramos identificar os principais **dispositivos** desse neoconservadorismo presentes nos discursos e mobilizações de políticos, religiosos e conservadores, que são contrários não só ao gênero nas escolas, mas também aos feminismos. O objetivo deste texto é, assim, trazer alguns elementos do ressentimento restaurador cristão, sobretudo no contexto escolar, sem ter a pretensão de esgotar o debate.

CAMINHOS TEÓRICOS

Reconhecendo que as questões de gênero e sexualidades dissidentes não se limitam a um único saber, elencamos os estudos da história do tempo presente, da Antropologia e da Educação. Essa análise interdisciplinar nos ajuda a pensar como as agendas anti-gênero e de um “salvamento” da “cultura ocidental”, propostas por líderes políticos e religiosos que atuam tanto em nível global quanto local, afetam a Educação. Palavras-chave que se entrecruzam, como neoconservadorismo, religião, sexualidades dissidentes e família, auxiliam no entendimento do que chamamos de “restauração” do homem ocidental e cristão e, nesse sentido, a escola básica é uma via para se alcançar esse objetivo.

A promoção dos direitos civis, mais notadamente das ditas minorias, no século XX e, especificamente, no século XXI, foi vista como um empecilho pela Igreja Católica – posteriormente também pelas Evangélicas Neopentecostais – para o processo de moralização dos espaços públicos. A recente invenção de **uma** “ideologia de gênero” funcionou como um **dispositivo** (FOUCAULT, 2019) ideal para a criação de pânicos morais e do desejo conservador de restabelecer a “ordem moral” de um “mundo perdido”, uma arcádia que se anseia

reviver no futuro e que teria se perdido nas últimas décadas. Uma das formas concretas dessa restauração, entre tantas outras, seria **um** determinado padrão de masculinidade e feminilidade religiosa e patriarcal, que se propõe alcançar por meio da recristianização da esfera pública e da moralização do direito.

Essa moralização encontra acolhida na emergência do neoconservadorismo, que se dá juntamente com o **ressentimento** (BROWN, 2019; PASCHOAL, 2014) do neoliberalismo – presente nos discursos cristãos e nos jornais – e de outras personagens que atuam no meio de campo das disputas antigênero nas escolas (MIGUEL, 2016) e que demonstram desconforto em relação às políticas públicas e aos investimentos na educação.

Embora, por vezes, neoconservadores e neoliberais sejam termos tidos como sinônimos, eles têm diferenças. Como apontam Moll (2015) e Brown (2019), ambos emergem entre os anos de 1960 e 1970, nos Estados Unidos. Os neoconservadores tinham, e ainda têm, pensamento semelhante no que se refere ao Estado mínimo e à economia. Mas há algumas diferenças que, nesses contextos, são importantes: enquanto os neoliberais, em sua essência, são mais pragmáticos (MOLL, 2015), os neoconservadores se baseiam nas ideologias morais cristãs.

O GÊNERO, A SEXUALIDADE E A IDENTIDADE DE GÊNERO AMEAÇANDO

O movimento identitário de masculinidades e feminilidades hegemônicas da extrema-direita e de fundamentalistas religiosos, sobretudo católicos carismáticos e evangélicos neopentecostais⁴, produz ideais utópicos de gênero e defende “velhos papéis” na sociedade. Ao mesmo tempo, esse movimento é fractal ao produzir

-
- 4 Denominar todos os grupos da América Latina de religiosos fundamentalistas e conservadores não nos permite compreender sua pluralidade. Existe uma quantidade significativa de denominações que defendem pautas “progressistas” e são inclusivas com a diferença. Logo, o objetivo deste texto é tentar demonstrar as ações de grupos cristãos neoconservadores contrários às pautas de gênero e diversidade sexual, sobretudo, no contexto escolar.

e reproduzir estereótipos que envolvem a diversidade de outros movimentos identitários assemelhados.

Na esteira de Hall (2006), para pensar a comunidade utópica presente no imaginário dos neoconservadores, é preciso compreender que ela está ancorada em uma ideia de homem e que se fixa em uma tradição, um passado laudatório de harmonia que precisa ser perpetuado pelo bem da civilização. Nesse sentido, o esforço dessa identidade conservadora é **reforçada** pela resistência à globalização (HALL, 2006) ou, ainda, ao que procuram denominar como “globalismo”.⁵ Para esse intento, tal grupo se utiliza de aparatos técnicos e midiáticos para promover seus ideais e proteger a sua identidade, que se encontra “ameaçada”. Esse intercâmbio global/local provoca interferências políticas, religiosas e subjetivas que acabam reforçando e criando identificações. Ao criar uma “ideologia de gênero”, o Vaticano, bem como lideranças políticas neoconservadoras, acusam ativistas, acadêmicos e pesquisadores de serem ideólogos e identitários quando discutem pautas de gênero, sobretudo em contexto escolar.

É contraditório, contudo, quando os neoconservadores afirmam que os movimentos de gênero, o movimento feminista e o movimento das sexualidades dissidentes são identitários. Existe algo mais identitário que a heterossexualidade? Hegemônica desde sua invenção (KATZ, 1996), a heterossexualidade não é pensada como identitária ou ideológica em suas relações, pois se encontra muito mais dentro de uma categoria discursiva do que propriamente uma categoria “natural”, essencialmente biológica. Enquanto para conservadores fundamentalistas a identidade heterossexual é algo natural, as identidades sexuais dissidentes são construções recentes.

-
- 5 De forma muito simples, o globalismo é uma teoria conspiracionista que associa o marxismo, ou, ainda, o “marxismo cultural”, a uma grande ordem mundial ou, para alguns teóricos conspiracionistas, a uma “guerra cultural” coordenada por grupos vinculados, sobretudo, à esquerda e liderados por “banqueiros” e “magnatas” para “destruir a civilização ocidental”.

Teresa de Lauretis, em 1987, já discutia a “ideologia de gênero”, mas essa ideologia questionada por Lauretis é, justamente, a ideologia heterossexista, que (re)produz, representa e performa o gênero, bem como o sexo, por meio de um conjunto de efeitos e normas produzidas, diz ela, **conscientemente** pelos indivíduos e pelo Estado (LAURETIS, 1994).

Quando essa ideologia é propagada, ela autoriza e reforça os atos da cisheterossexualidade, que vai ao encontro do pensamento do homem médio e chega às escolas. Discursos como o de que “menino veste azul e menina, rosa” (MARANHÃO; FRANCO, 2019) ou, ainda, que o refrigerante cor de rosa é coisa de “*boiolagem*” (BOLSONARO, informação verbal, 2020), que o “*Brasil é um país de maricas*” (BOLSONARO, informação verbal, 2020), que determinadas masculinidades têm a “*fala fina*” (BOLSONARO, informação verbal, 2020) e, para concluir os exemplos, que a homossexualidade é consequência de “*famílias desajustadas*” (RIBEIRO, informação verbal, 2020)⁶ expõem a ideologia de gênero heterossexista. Esse último exemplo, que culpabiliza as famílias por essa “desestruturação”, é um entendimento típico do neoliberalismo que é contrário à intervenção estatal no que se refere às discussões de gênero e diversidade sexual em contexto escolar, indo ao encontro dos anseios do neoconservador cristão. Evidencia-se, assim, com esses exemplos, como a ideologia cisheterossexista atua de forma tanto consciente quanto inconsciente na idealização de um modelo hegemônico de masculinidade e feminilidade.

O medo do diferente é um processo que foi construído no encontro com o outro, em que este teve sua originalidade negada. Os estudos pós-coloniais evidenciam isso: o colonizador procura se diferenciar do colonizado, uma distinção que está ancorada, também, na teologia cristã. Essa “igualdade” cristã se torna um lugar de dependência – do indivíduo – para ser reconhecido e, ao mesmo tempo,

.....
6 Essas falas foram proferidas pelo Presidente da República e pelo ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, durante o mandato em curso.

de resistências culturais – do sujeito colonizador, que é um sujeito de vigilância e controle.

Paschoal (2014, p. 205–216) afirma que o ressentido é aquele que está preocupado com o que passou, com um sentimento de perda e “com os efeitos da memória”. Pode-se afirmar o mesmo para o sentimento de vingança, característica de um homem fraco. Ser ressentido ou vingativo não é ser, necessariamente, integrante de uma minoria, mas ter revelada uma dificuldade de conviver com o diferente.

O Vaticano, como veremos mais adiante, tem utilizado esse pânico moral com a ideia de uma “colonização ideológica” da “guerra justa” contra uma “cultura alienígena”, que é diversa e que ameaça a “pureza” de um grupo. A religião funcionária, dessa forma, como um mecanismo “restaurativo” da identidade de um tipo de homem ocidental e, assim, ganha adeptos do patriotismo ressentido, que é encenado por figuras do populismo de extrema-direita e reacionários. Seguindo o rastro de Nietzsche (2009) em *A Genealogia da Moral*, a moral escrava e, neste caso, a religiosa fundamentalista produzem ressentimentos – que são externos – quando o novo surge, bem como valores. Valores que, segundo Nietzsche, ancoram-se no sentimento de perda, na vingança e, portanto, na fraqueza.

Nesse contexto, a identidade religiosa se sente ameaçada. Uma das formas de “restaurar” moralmente a sociedade é pela **teologia do domínio** ou **reconstrucionismo** que, segundo Guadalupe (2020), é um movimento neopentecostal norte-americano que, chegando com força no púlpito evangélico da América Latina, não se restringiu às igrejas, visto que se ancora em uma teologia política que procura restaurar a teocracia na sociedade (GUADALUPE, 2020). Não obstante, pregar a igualdade entre os homens é uma característica do neoconservadorismo religioso e essa igualdade é aquela construída com base na natureza biológica “criada por Deus”, como veremos nos discursos religiosos mais adiante. Além disso, a

visão de que os grupos minoritários são os ressentidos é uma compreensão errônea da questão, pois o ressentimento é a aversão ao diferente, é o medo. É, neste caso, a “ideologia de gênero”.

Partindo dessa teoria e visto a quantidade atual de projetos de lei e emendas na Câmara dos Deputados, bem como nos estados e municípios do Brasil, que proíbem o conteúdo de gênero e diversidade sexual em contexto escolar, podemos afirmar que esses políticos cristãos têm se empenhado para tal impedimento.

A RESTAURAÇÃO

A heterossexualidade, incluindo a masculinidade e feminilidade hegemônicas, é um tema que emerge dentro do contexto católico, ganhando destaque nos anos 1980. Já as palavras masculinidade e feminilidade, associadas à educação, começam a aparecer nos documentos e encíclicas do Vaticano no final dos anos 1970.

Esses termos procuravam, à época, evidenciar a importância desses “papéis de gênero” para a família e para os filhos. Essas palavras novas para a Igreja Católica entram em cena em um contexto em que os movimentos sociais, notadamente das feministas e das sexualidades dissidentes do norte global, buscam reconhecimento e igualdade de direitos. Os movimentos feministas provocaram um deslocamento e, conseqüentemente, uma desestruturação do sujeito patriarcal. A reação da Igreja Católica foi motivada, também, pela crise da família patriarcal com a diminuição do casamento heterossexual, o crescimento do número de lares chefiados por mulheres e o aumento de uniões homoafetivas, sobretudo, neste século. Ademais, outro ponto importante é o crescente secularismo na sociedade.

Os discursos do patriarcado heterossexista (JESUS, 2013) do Vaticano são apresentados em documentos de vários contextos históricos recentes. Destacamos o documento *Mulieris dignitatem* (JOÃO PAULO II, 1988) sobre a dignidade e a vocação das mulheres, em que João Paulo II reafirma o caráter essencialista

da feminilidade e da masculinidade, que é anterior a nossa existência, ou seja, uma substância da natureza. O documento apresenta, ainda, os genitores como sendo precursores desses padrões na educação de seus filhos.

Em um segundo momento, o debate recai sobre a construção do inimigo *gender*⁷ ainda na década de 1990, mas só ganha evidência e movimento neste século. É a partir desse momento que diferentes empreendedores morais e neoconservadores se aliam aos discursos da Igreja Católica para “defender” as escolas e as crianças dessa “doutrinação” e “apagamento” do homem.

No entendimento da Igreja Católica, Deus criou o homem e a mulher como seres inseparáveis; logo, Deus é designado como um “projetor”, um arquiteto, daí a ideia do **design inteligente**⁸ – nome camuflado para criacionismo. Essa teoria tem sido utilizada em várias partes do mundo, inclusive nas escolas, por políticos criacionistas ou reconstrucionistas. Para os neoconservadores fundamentalistas, as sexualidades dissidentes não teriam sido projetadas por Deus, sendo, portanto, uma aberração.

O **dispositivo** da “ideologia de gênero” é o mote utilizado para propagar pânicos morais e sexuais, pautas moralizantes e, sobretudo, vigiar as escolas. Além disso, a utilização do termo colonização ideológica teve forte influência e publicização de setores conservadores das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais, bem como da católica, criadora do termo e mobilizadora de fiéis e políticos aliados para que estes se “manifestassem” na Câmara de Deputados brasileira de forma contrária à inclusão do gênero e da diversidade sexual nas escolas (ROSADO-NUNES, 2015).⁹

.....

- 7 A grafia utilizada pelo Vaticano é feita em itálico e em inglês, o que demonstra que a palavra é algo externo, um outro, estrangeiro e, portanto, que “coloniza mentes” da civilização ocidental.
- 8 Sobre o assunto, ver em: <https://bit.ly/3M9eYPU>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- 9 Em 18 de junho 2015, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou um artigo que afirma: “[...] a introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias” (CNBB, 2015).

O termo colonização ideológica, que emergiu dentro do Vaticano, em 2015, é visto como **uma** doutrinação, como **uma** “ideologia” que corrompe homens e mulheres e suas reais identidades naturais. O foco desses discursos do Vaticano recai, constantemente, nas crianças e na importância de os pais educarem seus filhos conforme suas convicções. Para a Igreja, essa colonização é perversa, porque retira o bem mais precioso de um indivíduo: a sua identidade. Tal visão está associada, também, ao anticomunismo da Igreja Católica atual, que, em alguns setores mais conservadores, disseminam o combate ao “marxismo cultural” (SILVA; SUGAMOSTO; ARAUJO, 2021). É a visão de que essa colonização ideológica não precisa de armas para se difundir, pois se propaga através das ideias (FRANCISCO, 2016b). Embora os estudos de gênero e os feminismos preguem a diversidade e a diferença, para a Igreja Católica, essa colonização apagaria as diferenças, pois o sentido da diferença está ancorado na binaridade biológica homem e mulher: “Em vez disso, a colonização ideológica procura apagar a identidade dos outros para torná-los iguais” (FRANCISCO, 2019). Além do marxismo cultural, a Igreja Católica afirma combater a colonização ideológica nas escolas:

[...] na escola, ensina-se isto: o sexo, cada um pode escolhê-lo. E por que ensinam isto? Porque os livros são os das pessoas e instituições que te dão dinheiro. São as colonizações ideológicas, apoiadas mesmo por países muito influentes. (FRANCISCO, 2016a)

Creditando isso às organizações internacionais, parte dessas teorias conspiracionistas são difundidas por religiosos e políticos de extrema-direita e seu principal factóide é a “destruição do mundo ocidental”. A escola passaria a ser um importante meio para divulgar essas ideias antinaturais e “revolucionárias”:

Há duas semanas, uma pessoa — um homem muito católico, competente, jovem — dizia-me que os seus filhos

frequentam a primeira e a segunda classe da escola primária e que à noite, ele e a esposa muitas vezes “re-catequizavam” as crianças devido ao que ensinavam alguns professores ou os livros que usavam ali. Estas colonizações ideológicas fazem muito mal e destroem uma sociedade, um país, uma família. E por isso precisamos de um verdadeiro renascimento moral e espiritual. (FRANCISCO, 2015)

Do GLOBAL Ao LOCAL: ALGUNS REFLEXOS NO BRASIL

O movimento antigênero nas escolas, iniciado pelo Vaticano, espalha-se pelo mundo neste século. Todavia, a Igreja Católica não está sozinha nessa “cruzada” antigênero. O significativo aumento, na América Latina, de evangélicos pentecostais e, sobretudo, neopentecostais cria uma união inédita – porém, como eles afirmam, para um “bem comum”. Entre os religiosos, os evangélicos, mais especificamente os neopentecostais, hoje são maioria na política. Aliado a isso, a internet e seus recursos, como o YouTube, o Facebook, o Twitter, o Instagram e o WhatsApp, também formam um importante **dispositivo** na propagação de um ideal de passado e, conseqüentemente, de fake news e teorias de conspiração para aqueles que nelas acreditam e para atacar o que consideram seu oponente: o gênero.

Como demonstra Cesarino (2019), a extrema-direita fez e faz uso dessas ferramentas tecnológicas para se “educar” e se “informar”. Desse modo, é construído um espaço ideal para discutir valores familiares tradicionais, discursos contra o gênero e nacionalismo heterossexual nas escolas e religião nos espaços educativos, a partir de suas próprias convicções. Nas redes em que “os iguais se encontram”, o glocal é uma realidade do mundo hiperconectado, uma síntese dessas conexões entre a rede global e a local sem, com isso, reduzir-se apenas ao local ou ao global. O global é, assim, ressignificado e ganha novos sentidos no local e vice-versa.

No contexto brasileiro do neoconservadorismo liberal e cristão (MACHADO, 2020; MISKOLCI, 2021) e após os debates em torno dos planos de educação – que teve como consequência a retirada do termo gênero e diversidade sexual do plano nacional –, ganham bastante destaque personagens que ocuparam espaço na mídia digital (CESARINO, 2019, 2020; MIGUEL, 2016; MISKOLCI, 2021) e na ciência, bem como o lugar de acadêmicos, de intelectuais e da política.

Entre a polêmica em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) – que ocorria no Brasil em 2014 – e de uma suposta “doutrinação” marxista, dois movimentos, o “Escola Sem Partido” e o “Ideologia de gênero”, uniram evangélicos e católicos para um “bem comum”: o fim de qualquer tipo de “doutrinação nas escolas”. Nota-se, a partir de 2013 e com uma maior intensidade a partir de 2015, que diversos projetos de leis ou propostas de emendas à constituição (PEC) que foram apresentados na Câmara de Deputados¹⁰ foram propostos, em sua grande maioria, pela bancada evangélica e católica.

Elencamos alguns dos projetos enviados à Câmara de Deputados e suas justificativas em que o ideal “restaurador” aparece. O deputado Eros Biondini, do Partido Trabalhista Brasileiro de Minas Gerais (PTB-MG), em 2015, propôs um projeto que proíbe a discussão de gênero e diversidade sexual no PNE e, como justificativa, aponta que:

[...] Não cabe à escola doutrinar sexualmente as crianças, desprovidas que são das necessária compreensão e maturidade, ainda mais quando essa doutrina vai contra todo o comportamento habitual e majoritário da sociedade, pois isso pode causar-lhes danos irreversíveis quanto à sexualidade e quanto a aspectos psicológicos. (BRASIL, 2015, p. 6)

10 Devido à grande mobilização nacional, opta-se por analisar apenas algumas propostas e suas justificativas de projetos de lei (PL) submetidos à Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional.

Essa é uma visão enganosa da educação. Não há doutrinação. Os(as) estudantes já **são indivíduos críticos pensantes e autônomos**; eles não são “moldados” por uma aula ou pelo que o(a) professor(a) fala nessa aula. Esse entendimento retira toda a autonomia da criança e do adolescente quanto ao seu processo de aprendizagem, como se o(a) estudante fosse uma folha em branco a ser escrita e “moldada” pelo(a) professor(a). Ele(a) já é e, ao mesmo tempo, está em um processo de estar **sendo**, pelo que experiencia, e **de vir a ser**, no sentido de que aprenderá, conviverá e partilhará com o diverso, com esse outro diferente.

Ao negar a diversidade e suas pautas, que são políticas, os neoconservadores se utilizam do jogo das identidades (HALL, 2006) para desmobilizar movimentos sociais que, historicamente, demandam igualdade de direitos e de reconhecimento. O caso mais conhecido atualmente no Brasil é o do presidente da Fundação Palmares¹¹, um homem negro que critica o movimento negro.

Outras propostas de Projeto de Lei (PL), como a do Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), de 2019, expõem, como justificativa anti-gênero, a religião dos(as) brasileiros(as), independentemente de qual religião professam.

[...] a favor da família e das crianças livres de qualquer espécie ou doutrinação maléfica vinda do inferno através de setores da educação. [...] Por isso peço deferimento e apoio aos homens e mulheres independente de religião para aprovação desse projeto que apenas defende a manutenção da família criada por Deus. (BRASIL, 2019, p. 4-5)

Dentro de certos contextos culturais e religiosos, o “novo” não é bem-visto. O “velho” não consegue ou, ao menos no caso analisado, não suporta conviver e habitar o mesmo espaço que o “novo”,

.....
11 Sobre o presidente da Fundação Palmares, ver o artigo de Flávio Francisco e Márcio Macedo na *Revista Piauí*. Disponível em: <https://bit.ly/3uQZRoc>. Acesso em: 12 nov. 2021.

que embaralha velhas certezas e utopias de mundo e de seus conservadores horizontes de expectativas.

A repetição constante de trechos da Bíblia, mais especificamente do *Gênesis*, está presente em boa parte das justificativas de lei, de alteração de lei ou de planos de educação submetidos à Câmara de Deputados, que são contrários à discussão de gênero nas escolas.

[...] Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Deus os abençoou, e lhes disse: “Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra”. (*Gênesis*, 1:27,28 apud BRASIL, 2018, p. 2)

Seria feita, como apontam Maranhão e Franco (2019), a “restauração” por meio da substituição de “ideologia de gênero” por “ideologia de gênesis”? A restauração do homem ocidental carrega a imagem utópica de um retorno ao éden da terra. Segundo Chauí (2001, p. 4), “[...] um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.

Em 2018, vários projetos de lei elaborados por políticos ligados às igrejas foram apensados em um só, o deputado Flavinho, do Partido Social Cristão (PSC-SP), foi o relator do PL n° 7.180/2014, de Erivelton Santana (PSC-BA), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que concerne à primazia de os pais educarem seus filhos conforme suas convicções morais e religiosas. Como justificativa, em seu voto o deputado Flavinho expõe o seguinte como justificativa:

[...] O que sabemos por experiência concreta é que uma cultura **heteronormativa** foi imprescindível à perpetuação da espécie humana e ao desenvolvimento da Civilização

Ocidental. À despeito de quão avançada esteja a legislação de alguns países, no tocante a ideologia de gênero, não há base suficiente para sublimar a experiência milenar do Ocidente em prol destes poucos experimentos sociais contemporâneos de resultados ainda questionáveis. (BRASIL, 2014, grifo nosso)

A defesa da “civilização ocidental” é entendida, por esses personagens neoconservadores, como sendo cristã e heterossexual. Sabemos que não foi somente em âmbito nacional que ocorreram as mobilizações antigênero, mas também em nível local. No estado de Santa Catarina, onde os autores desse trabalho estão localizados, o pânico moral e sexual se fez presente nas discussões sobre o tema. A fusão neoconservadora e neoliberal se interioriza por Santa Catarina com uma agenda tecnológica e mediatizada com o objetivo de atingir esse homem médio.

Ainda em 2014, o espectro das teorias conspiracionistas e do “fantasma do marxismo cultural” nos jornais catarinenses alertavam para os perigos de uma “ideologia de gênero”. Para esses críticos, essa ideologia tem suas raízes, além de no marxismo cultural, em Karl Marx, Friedrich Engels, Michel Foucault, entre outros, corroborando a teoria de que as teorias conspiracionistas chegam também às cidades do interior catarinense. Em Brusque, região do Vale do Itajaí, o jornal *O Município*, de 19 de agosto de 2014, em um artigo intitulado *Sexo e ideologia* a respeito da “ideologia de gênero” nas escolas, conclamava que:

[...] Precisamos nos engajar num movimento contrário a essa tendência, um movimento que busque recuperar o sentido da sexualidade e da afetividade na formação da nossa identidade humana, colocando a razão e o espírito acima dos instintos, como nos ensinaram os filósofos gregos, os profetas hebreus e o cristianismo. Estamos perdendo terreno rápido demais para teorias duvidosas e destrutivas [...]. (SANTOS, 2014)

O pensamento conservador e autoritário, conforme aponta Adorno (2019), procura projetar ressentimentos em pessoas, ideias e minorias. O horizonte de expectativas dos neoconservadores fundamentalistas (KOSELLECK, 2006) está no passado. Essas ações antigênero não demoram a aparecer, assim, em contextos jurídicos, em que a moralização do direito também se instala.

Em 2015, o Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina (Sinepe) foi contra a inserção da discussão de gênero nas escolas particulares, inclusive entrando com recurso na justiça para não seguir a resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, gays, bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), que, entre outras garantias, orienta e propõe estratégias para que as escolas reconheçam a identidade de gênero e o nome social dos(as) estudantes. O sindicato costuma fazer campanha em seus jornais mensais e tem em seu site o espaço da família, em que alerta que essa “doutrinação” ocorreu em outros países, conforme trecho extraído de sua página na internet: “Mas sabemos – porque já ocorreu em outros países – que as crianças crescerão sem saber se são meninos ou meninas”.¹² Ainda, costuma divulgar alertas sobre a “ideologia de gênero”, bem como vídeos¹³ em que afirma que a “ideologia de gênero” é uma “pedagogia da desconstrução sexual, da família e da indústria do gênero” (DOUTRINAÇÃO NA IDEOLOGIA..., 2017). Na região Sul de Santa Catarina, em 2018, foi criada a União dos Juristas Católicos de Santa Catarina (UJUCAT-SC)¹⁴, que tem como lema a defesa dos valores cristãos. Uma de suas primeiras ações foi atuar diretamente na retirada das referências ao gênero e à

.....

12 Disponível no *Flyer* produzido pelo sindicato sobre o que é “ideologia de gênero”. <https://bitly.com/fUkxbl>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

13 Em um dos vídeos, Felipe Nery, do Sinepe, diz que a “ideologia de gênero deixa marcas para sempre” (DOUTRINAÇÃO NA IDEOLOGIA..., 2017).

14 Site do UJUCAT-SC e os valores que ela representa disponível em: <https://bit.ly/3jUhNI8>. Acesso em: 15 out. 2021.

diversidade sexual do Plano Municipal de Educação (PME) de Sombrio, em Santa Catarina.

Essa reação tem surtido efeito não somente em políticos, religiosos, no jurídico e na educação, mas também na própria política externa do governo Bolsonaro, que chegou a se aliar a países conservadores do Oriente Médio, contrários aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Um desses resultados é a coalizão internacional evangélica-católica: o Brasil fez parte, juntamente com outros países, da proposta de educação, em 20 de outubro de 2020, à Organização dos Estados Americanos (OEA) do direito dos pais de educarem seus filhos conforme suas convicções morais e religiosas.

Mas o que há de novo e de recorrente nesse processo? Historicamente, cristãos, em maior ou menor medida, foram contrários à educação sexual nas escolas e, mais recentemente, contrários às pautas que abordam relações de gênero e diversidade sexual em tal espaço. Mas há um elemento novo nessa “cruzada”, que foi disputada, historicamente, por católicos e evangélicos na tentativa de uma hegemonia da educação escolar (AZZI; GRIJP, 2008). No século XXI, católicos e evangélicos se tornaram aliados para uma causa em comum: o impedimento das discussões de gênero e diversidade sexual em contexto escolar, encontrando nesse dispositivo um instrumento para recristianizar esse espaço. Entre “guerras culturais” ou espirituais, grupos religiosos opostos se unem, criando laços transnacionais hiperconectados, e aliam-se à figuras de extrema-direita, como Bolsonaro (2019-até o momento), Trump (2017-2021) e Orbán (2010-até o momento), que utilizam de diferentes mídias para fazer política, apelando para a desinformação sobre os movimentos sociais e, conseqüentemente, provocando o medo – e fobia – às diferenças. A racionalidade cristã encontra nessas figuras mitos utópicos que prometem “restaurar” valores que estão sendo perdidos.

Essa atuação religiosa conservadora-liberal que opera em nível político-jurídico pôde ser vista mais recentemente, enquanto

escrevemos estas páginas, nos novos eventos na guerra contra as minorias no Brasil. O primeiro foi a nomeação do ex-Advogado-Geral da União, André Mendonça, como Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em um discurso para o público evangélico, anterior à sua nomeação, Mendonça afirmou que era necessário “salvar às futuras gerações” (BÄCHTOLD, 2021) pela educação religiosa das crianças. Ainda sobre os evangélicos no país, o então Advogado-Geral da União, afirmou que “[...] não é porque é um processo de dominação. É um processo de restauração. É um processo de conversão” (BÄCHTOLD, 2021). A pastora e ex-ministra do Ministério Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, elaborou um manual que prevê a denúncia de profissionais da educação que promovam a “ideologia de gênero” nas aulas.¹⁵ Esse manual foi lançado após a nomeação de André Mendonça e após o STF votar, em abril de 2020, por unanimidade, pela inconstitucionalidade¹⁶ da Lei de Ideologia de Gênero do município de Novo Gama (GO), de 2015, que foi criada a partir dos embates contra o gênero nos currículos escolares em 2014 e 2015. Encerramos por aqui os exemplos das mobilizações antigênero em contexto escolar. Os exemplos são muitos e, certamente, não seria possível darmos conta de todos os casos. Mas evidencia-se que os estereótipos de “velhos papéis” de gênero vêm sendo reforçados por uma “ideologia de gênero” que busca reavivar identidades supostamente perdidas (WOODWARD, 2000). Essa “restauração” é pensada na esteira de Hall (2000) – de onde viemos, para onde estamos indo ou, ainda, o que podemos nos tornar? –, no reforço de identidades. Existe, ainda, uma melancolia por uma certa identidade que foi “perdida”, seja ela religiosa, seja ela dos “papéis de gênero” que demarcam o patriarcalismo na/da história. A religião

.....
15 O manual pode ser acessado no seguinte link: <https://bit.ly/391J6hJ>. Acesso em 10 de dez. de 2021.

16 Essa é uma importante conquista legal para que outros municípios, que aprovaram medidas contrárias às temáticas de gêneros na escola, também recorram contra a inconstitucionalidade de leis semelhantes à essa (SALDAÑA, 2020).

funcionaria como um mecanismo “restaurativo” de identidade de um tipo de homem ocidental: um partidário do patriotismo que é encenado por figuras do populismo de extrema-direita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de equidade e inclusão favoreceram grupos subalternos que estiveram à margem de direitos e, portanto, têm provocado (res)sentimentos identitários. Enquanto para grupos ditos minoritários, notadamente mulheres e a população sexual dissidente, esses avanços são conquistas históricas, para os neoconservadores é um retrocesso. A utopia neoconservadora está no passado, ou num passado imaginado, que não inclui, mas exclui.

O movimento antigênero e “restaurativo” se alia ao neoliberalismo e fortalece a agenda moral típica do neoconservadorismo e de determinados movimentos neopentecostais da América Latina, onde homens e mulheres, abandonados pelo Estado, encontram nas igrejas e na figura de diversos messias um pai doutrinador dos “papéis de gênero”, reafirmando, assim, suas visões de mundo.

Uma das formas concretas de “reviver” esse ideal de sexualidade heteronormativa, seja na sociedade, seja em um espaço mais específico, como na escola, é por meio da recristianização da esfera pública e da moralização do direito, ações relevantes para a “restauração” das tradições. Esse neoconservadorismo combate a inclusão de grupos sociais, sobretudo dos movimentos feministas e suas pautas, do movimento negro e das sexualidades dissidentes, uma vez que a escola é um importante meio para trabalhar esse ideal.

A disposição para que isso aconteça é fortalecida pelo neoliberalismo e o neoconservadorismo que atuam para defender a primazia dos pais educarem seus filhos conforme suas convicções e valores. Ademais, ambas as correntes se beneficiam com essa educação: para os neoliberais, porque ela abre possibilidades de mercado e da não interferência do Estado no bem-estar, vendo a família como uma empresa; para os neoconservadores, porque a família

heteronormativa é um elemento natural da criação divina que tem ganhado respaldo não só com tal educação, mas também com a teologia da prosperidade. O gênero se torna, dessa forma, um **dispositivo bárbaro** e fractal que “ameaça” tudo e a todos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ALMEIDA, J. Estado de espírito: colonização europeia e a formação de pequenas cidades fortalecem a presença da religião em Santa Catarina. Apesar disso, os catarinenses ainda lidam com intolerância. *Nós*, [S. l.], [2010]. Disponível em: <https://bit.ly/3vj9kUl>. Acesso em: 15 dez. 2021
- A VERDADE sobre a ideologia de gênero.
- AZZI, R.; GRIJP, K. *História da Igreja no Brasil: terceira época – 1930–1964*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BÄCHTOLD, F. Evangélicos serão maioria no Brasil em 10 anos, disse Mendonça, indicado ao STF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3uT62bo>. Acesso em: 2 dez. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 7.180, de 2014*. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://bityli.com/qHDQJZ>. Acesso em: 8 mai. 2022
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2.731, de 20 de agosto de 2015*. Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3rxSFLy>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 10.577, de 11 de julho de 2018*. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37lrRHP>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1.239, de 27 de fevereiro de 2019*. Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como

o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das fundações, autarquias e empresas públicas e privadas prestadoras de serviços do governo federal, estadual, distrital e municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valorização da ideologia de gênero. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JTSX5K>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Tradução: Mario A. Marino, Eduardo Alteram C. Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530–557, 2019.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91–120, 2020.

CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. CNBB divulga nota sobre a inclusão da ideologia de gênero nos planos de educação. CNBB, Brasília, DF, 18 jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3M4TPWP>. Acesso em: 23 nov. 2021.

DOCTRINAÇÃO da ideologia de gênero. [Florianópolis: Sinepe], 2017. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Sinepe/SC. Disponível em: <https://bit.ly/3xCgiXt>. Acesso em: 15 out. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Resultados da apuração para presidente no 2º turno. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://bityli.com/bYdmow>. Acesso em: 20 maio 2022.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: 1. A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco ao congresso da diocese de Roma*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 14 jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3rAxPLA>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FRANCISCO. *Diálogo*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 27 jul. 2016a. Viagem apostólica do Papa Francisco à Polônia por ocasião

da XXXI Jornada Mundial da Juventude. Disponível em: <https://bit.ly/3KIP9FO>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FRANCISCO. *Discurso do santo padre*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1 out. 2016b. Viagem apostólica do Papa Francisco à Geórgia e ao Azerbaijão. Disponível em: <https://bit.ly/3jFyO9e>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FRANCISCO. *Conferência de imprensa do santo padre durante o voo de retorno*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 10 set. 2019. Viagem apostólica do Papa Francisco a Moçambique, Madagascar e Maurício. Disponível em: <https://bit.ly/3jLLQBL>. Acesso em: 23 nov. 2021.

GUADALUPE, J. L. P. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17-109.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, J. G. O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, Itatiba, v. 18, n. 3, p. 363-372, 2013.

JOÃO PAULO II. *Mulieris dignitatem*. Civitas Vaticana: Libreria Editrice Vaticana, 15 ago. 1988. Carta apostólica. Disponível em: <https://bit.ly/3EjnRDM>. Acesso em: 23 nov. 2021.

KATZ, J. N. *A invenção da homossexualidade*. Tradução: Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Tradução: Suzana Funck. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MACHADO, M. D. C. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na América Latina. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. (org.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos nas América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 83-134.

- MARANHÃO, E. M. A.; FRANCO, C. “Menino veste azul e menina, rosa” na educação domiciliar de Damares Alves: as ideologias de gênero e gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos direitos humanos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 12, n. 35, p. 297–337, 2019.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 590–621, 2016.
- MISKOLCI, R. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- MOLL, R. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda. *Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*, São Paulo, v. 23, p. 1–8, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/38RYWLQ>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- NIETZSCHE, F. *A genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PASCHOAL, A. E. *Nietzsche e o ressentimento*. São Paulo: Humanitas, 2014.
- ROSADO-NUNES, M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. *HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237–1260, 2015.
- SALDAÑA, P. Por unanimidade, Supremo declara inconstitucional lei municipal de ‘ideologia de gênero’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ExCovG>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- SANTOS, J. F. Sexo e ideologia. *O Município*, Brusque, 19 ago. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Er4GrB>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- SILVA, W. T.; SUGAMOSTO, A.; ARAUJO, U. I. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. *Revista Cultura & Religión*, Iquique, v. 15, n. 1, p. 180–222, 2021.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7–72.